



Evento	Salão UFRGS 2018: SIC - XXX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2018
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	Regulação ou segregação? Uma análise das políticas regulatórias do comércio ambulante para os imigrantes senegaleses em Porto Alegre
Autor	VALENTINA FONSECA DA LUZ
Orientador	LUCAS PIZZOLATTO KONZEN

Título: Regulação ou segregação? Uma análise das políticas regulatórias do comércio ambulante para os imigrantes senegaleses em Porto Alegre

Aluna: Valentina Fonseca da Luz

Orientador: Lucas Pizzolatto Konzen

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A partir de 2014, o Rio Grande do Sul recebeu um fluxo intenso de imigrantes senegaleses, em uma migração majoritariamente laboral. Nos anos subsequentes, porém, a cidade de Porto Alegre tem tido taxas de desemprego crescentes, dificultando a inserção deste grupo no mercado de trabalho. Assim, os senegaleses residindo na capital perceberam na informalidade e, mais especificamente, no comércio de rua, uma alternativa para garantir sua subsistência, sendo este fato rapidamente constatado pelo poder público, que passou a promover ações regulatórias como a Feira Seja Legal, realizada em 2017. Nesse contexto, o propósito deste trabalho é analisar os impactos da política de regularização do comércio informal pela prefeitura de Porto Alegre para os imigrantes senegaleses, tendo em conta que o espaço territorial urbano não é neutro, mas alvo de constantes disputas e pressionado por múltiplas influências. Partindo do aporte teórico de Milton Santos para a compreensão das interações típicas do espaço urbano brasileiro, e relacionando seus conceitos de “circuito superior” e “circuito inferior” à realidade porto alegreense, executou-se uma pesquisa qualitativa pelo método indutivo. A etapa empírica do projeto envolve a realização de entrevistas com os principais atores sociais envolvidos no processo de regularização, divididos em três categorias: representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, representantes do comércio fixo e imigrantes atingidos pelas políticas regulatórias. Objetiva-se, desse modo, identificar a quais grupos as políticas de regularização do comércio ambulante realmente beneficiam. A hipótese central é de que, embora a formalização possa servir a alguns imigrantes como garantia de estabilidade, ela não age no âmago de sua dificuldade de inserção ao espaço urbano, e, ainda, permite disfunções, como o afastamento dessa população das regiões centrais da cidade. Assim, a regulação agiria como mecanismo de controle estatal do comércio de rua em sua forma e espaço, atendendo a interesses econômicos do comércio formal. Os resultados preliminares levam a crer que uma forte regulação da venda ambulante, por meio de um sistema normativo que não condiz com a realidade dos comerciantes senegaleses, acaba por afastá-los ainda mais de qualquer possibilidade de regularização do trabalho. Nesse âmbito, ao deixar-se influenciar pela pressão econômica na elaboração de políticas públicas, o Estado passa a agir como elemento mantenedor das hierarquias do espaço urbano, reproduzindo idêntica correlação de forças à observada em outras metrópoles latino-americanas que enfrentaram a temática do comércio ambulante.

Palavras-chave: sociologia jurídica; direitos humanos; imigração; espaço urbano; comércio ambulante.